



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Projeto de Lei nº. /2018

(Do Sr. Delegado Edson Moreira)

Altera o Estatuto do Torcedor – Lei nº 10.671, de 15 de Maio de 2003.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. A Lei nº 10.671, de 15 de Maio de 2003, passará a vigorar com as seguintes alterações:

I – Fica incluído o § 6º ao art. 10, com a seguinte redação:

“Art. 10

§ 6º. *O regulamento de competições esportiva profissional em que haja a cobrança de ingresso deverá contemplar as regras e os limites em que as entidades esportivas poderão solicitar o uso de recurso tecnológico de acordo com o art. 30, que somente poderá ser solicitado no decorrer da partida, sendo vedada a alteração do resultado da disputa, por esse motivo, após a proclamação do término da partida.”*

II – Ficam incluídos os §§ 1º e 2º ao art. 30., com a seguinte redação:

“Art. 30.....

§ 1º. *A remuneração do árbitro e de seus auxiliares será de responsabilidade da entidade de administração do desporto ou da liga organizadora do evento esportivo.*

§ 2º. *Nas competições esportivas profissionais em que haja a cobrança de ingresso, promovidas pelas entidades brasileiras de administração do desporto ou ligas esportivas, será obrigatória a utilização de recursos tecnológicos que visem corrigir, durante a*



CÂMARA DOS DEPUTADOS

disputa, eventuais erros da arbitragem que possam interferir no resultado final da partida.”

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Fica revogado o Parágrafo único, do art. 30, da Lei n º 10.671, de 15 de Maio de 2003.

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto de lei visa implementar, como regra, a utilização de recursos tecnológicos nas competições esportivas profissionais em que haja a cobrança de ingressos.

É direito do torcedor pagante ter a garantia de assistir um evento esportivo em que prevaleça a lisura, transparência e a justiça.

Em muitos esportes já são utilizados recursos tecnológicos com o objetivo de inibir ou minimizar erros humanos de arbitragem e, por isso, é necessária a extensão para alcançar todos os esportes profissionais com venda de ingressos.

Considerando que a cobrança de ingresso do torcedor configura uma relação alcançada pelo Direito do Consumidor, o torcedor pagante participa de uma relação de consumo, nos termos do § 3º, do art. 46, da Lei nº. 9.615/98, onde o mesmo é a parte vulnerável deste elo, e que no outro lado se encontram como fornecedor a entidade responsável pela organização da competição, bem como a de prática desportiva detentora do mando de jogo.

Diante dessa relação consumeirista, é necessária a atuação estatal em defesa da parte hipossuficiente e, por isso, o presente Projeto de Lei se mostra necessário e oportuno.

Ademais, deve-se levar em conta o fato de que os recursos tecnológicos já são utilizados nas transmissões televisivas e acabam demonstrando publicamente os erros da arbitragem, fazendo que se aumente a pressão sobre esses profissionais e se ponha em dúvida a sua honestidade.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cabe ressaltar, que muitas vezes a arbitragem é vítima de ameaça e outros tipos de violência provocada por torcedores revoltosos e a efetivação do presente Projeto de Lei visa, inclusive, melhorar as condições de trabalho dos próprios árbitros.

Cabe ressaltar, ainda, que o presente Projeto de Lei resguarda a autonomia das entidades esportivas, uma vez que ele atribui às entidades de administração e ligas esportivas definirem no regulamento de competição as regras e limites em que as entidades de prática esportiva poderão suscitar a utilização dos recursos eletrônicos durante as partidas.

Por fim, cabe destacar que o presente Projeto de Lei foi concebido ouvindo os anseios da sociedade em geral, contando com colaboração de pessoas alcançadas pela norma e, também, pelo **Instituto Brasileiro de Defesa de Direitos**, entidade de representação de consumidores.

Assim, com base nos fundamentos acima transcritos, peço aos Ilustres pares a aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em de de 2018.

Delegado Edson Moreira

Deputado Federal - PR/MG